

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

IRANI AMARAL CUNHA STEFANI

**UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E O ATENDIMENTO
ÀS VÍTIMAS NO PRONTO SOCORRO DO HC/UFU: UMA ABORDAGEM DO
SERVIÇO SOCIAL**

Uberlândia

2021

IRANI AMARAL CUNHA STEFANI

**UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E O ATENDIMENTO
ÀS VÍTIMAS NO PRONTO SOCORRO DO HC/UFU: UMA ABORDAGEM DO
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado à Residência Multiprofissional em Saúde – Atenção em Saúde da Criança da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Saúde da Criança.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel da Silva

Uberlândia

2021

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer um breve conhecimento e uma reflexão sobre um grave problema na sociedade, a violência sofrida pelas crianças e adolescentes, em foco a violência sexual, realidade vivenciada também no Pronto Socorro do Hospital de Clínicas de Uberlândia. Resgata-se um breve contexto histórico, passando por alguns dados, mostrando que são recentes as leis criadas em prol deste público, fazendo-se necessário lembrar que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente trazem normas/leis para a proteção e promoção das crianças/adolescentes, bem como da família. Destaca-se a importância do trabalho multidisciplinar no atendimento a essas vítimas, como acontece esse primeiro atendimento e posteriormente o acompanhamento no ambulatório do HC/UFU. Apresenta-se o olhar do Serviço Social e a contribuição que ele pode dar para esse tipo de atendimento e a luta pelo reconhecimento das vítimas como seres de direito.

Palavras Chave: Violência sexual, crianças e adolescentes, serviço social

ABSTRACT

This work aims to bring brief knowledge and reflection on a serious problem in society, the violence suffered by children and adolescents, focusing on sexual violence, a reality also experienced in the Emergency Room of the Hospital de Clínicas de Uberlândia. A brief historical context and some data are presented, showing that recent laws created in favor of this public, it is necessary to remember that the Federal Constitution and the Children and Adolescent Statute, bring norms/laws for the protection and promotion of children as well your family. The importance of multidisciplinary work is emphasized in assisting these victims, as this first assistance happens and then the follow-up in the HC/UFU outpatient clinic. The look of Social Work and the contribution it can make to this type of care, the struggle for the recognition of victims as beings of law.

Keywords: sexual violence, children and adolescents, social service

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFU	Universidade Federal de Uberlândia
OMS	Organização Mundial da Saúde
HC	Hospital de Clínicas
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
C.F.	Constituição Federal

SUMÁRIO

1 Introdução.....	07
2 A família contemporânea.....	09
3 A violência em tempos de pandemia.....	12
4 Breve contextualização do Serviço Social.....	14
5 O cotidiano do Assistente Social e a violência sexual.....	16
6 Atendimento no Pronto Socorro às vítimas de violência sexual infantil.....	17
7 Considerações finais.....	22
Referências	23

1 Introdução

Inicialmente cumpre resgatar que historicamente a violência na qual as crianças e adolescentes estão inseridas, justifica-se na sociedade como um processo educativo, cultural, constituindo uma questão histórica e social, manifestado de diversas formas, no qual a violência e outros abusos de desrespeito aos direitos humanos são óbvios e muitas vezes banalizados. Percebe-se uma violência estrutural (na sociedade) e também interpessoal (doméstica, amigos, etc.), tornando a luta empreendida para ser reconhecida em seus direitos como seres sociais, tem sido uma longa e desafiadora jornada desde os primórdios até a atualidade.

Nos primórdios crianças e adolescentes eram considerados de certa forma adultos em miniatura e a infância pouco existia, o trabalho não era considerado exploração, mas uma atividade legítima para complementação da renda familiar. O infanticídio não era crime, crianças que eram consideradas “ilegítimas”, assim como aquelas portadoras de deficiências, eram assassinadas, além de serem abandonadas nas portas de casas, eram deixadas na “Roda dos Expostos” para o acolhimento de crianças indesejadas e abandonadas pelos genitores, resultados da pobreza e preconceito morais da época (FALEIROS; FALEIROS, 2007 *apud* MORESCHI, 2020, p. 39).

Os primeiros direitos das crianças e adolescentes datam no ano de 1924, na forma de uma normativa internacional que tratava de uma proteção especial, a Assembleia da Sociedade das Nações, que reconhecia que a criança deve ser protegida, independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença e deve ser promovida a se desenvolver de maneira normal.¹

Algumas décadas depois, em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), considerado um marco, a qual em seu artigo 1º diz: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.”² E posteriormente, a

¹ Informações disponível em: A proteção dos direitos da criança no sistema das Nações Unidas. As Declarações de 1924 e 1959.

http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/os_direitos_crianca_catarina_albuquerque.pdf.

Acesso em: 24 nov. 2020

²Declaração Universal dos Direitos Humanos

Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em 24 nov. 2020

Declaração dos Direitos das Crianças de 1959, que fala no Princípio IX: “A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, crueldade e exploração”³. Por isso ambas as declarações reconhecem a criança como sujeitos de direitos, que necessitam de proteção e cuidados especiais.

Este fato presente há décadas na população brasileira é recorrente na sociedade, apesar dos avanços nas políticas públicas e de saúde e independe do nível socioeconômico, da etnia e do contexto.

Dentro deste contexto e com avanços voltados a criar leis que defendessem este público ainda vulnerável, com mudanças na democratização no Brasil, é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, que entrou em vigor em 1990, sendo considerado um marco na proteção da infância, e é um conjunto de normas que procura regulamentar o princípio estabelecido pelo artigo 227 da Constituição Federal⁴.

O ECA é um marco para a infância, porque estabeleceu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e previu claramente as atribuições do Estado, da família e da sociedade como garantia para que esse segmento populacional alcance seus direitos plenamente. Além disso, é extensivo a todos, sem distinção de qualquer natureza, ou seja, meninos e meninas de diferentes etnias, condições sociais e de desenvolvimento e origem devem ser contemplados pela proteção integral. O ECA também foi importante para a criação de instituições oriundas de movimentos democráticos, como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares, compostos por representantes da sociedade civil que, junto com o Estado, passaram a estabelecer as políticas básicas e especiais para a infância e a juventude (GONÇALVES, 2013).

É notório que o ECA é considerado um grande avanço de proteção à infância e juventude, contudo o desafio é que ele seja de fato efetivado na prática, os direitos nele previstos sejam cumpridos na sua integralidade, bem como as políticas públicas voltadas para esse público. No artigo 18º do ECA (1990) temos que “é assegurado que a família, a sociedade e o estado devem zelar pela dignidade das crianças e dos adolescentes,

³DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS - UNICEF

20 de novembro de 1959. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020

⁴Estatuto da Criança e do Adolescente: um avanço legal a ser descoberto. Disponível em:

<http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2173.html>. Acesso em: 24 nov. 2020

evitando que haja tratamentos desumanos, violentos e aterrorizantes no lar doméstico” (BRASIL 1, 1990, p. 425). Assim sendo, a sociedade, os profissionais da área e os órgãos responsáveis podem lutar para garantir a prática desses direitos.

O artigo 227 da Constituição Federal Brasileira (1988) expressa que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. A C.F./88 traz os princípios da proteção integral da criança e da adolescência.

2 A família contemporânea

Torna-se importante a abordagem da família neste presente trabalho, já que é onde a criança e o adolescente estão inseridos na sua maioria. Entender esse processo em que as famílias sofreram grandes modificações, faz parte também do entendimento da violência sexual sofrida pelas vítimas.

As configurações familiares que prevaleciam no começo do século XX, na sua maioria, era a tradicional e patriarcal. Após a Segunda Guerra Mundial, as famílias foram se modificando, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, com os meios contraceptivos e posteriormente a legalização do divórcio.

Nesse modelo de família os papéis eram bem específicos, o homem era o chefe da família, a autoridade e, por conseguinte mantinha o sustento econômico da família:

Esse modelo de família tem como atributos básicos: uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido-pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mãe e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual (ROMANELLI, 2003, p. 75).

Este era um modelo de família tradicional, onde a autoridade masculina se concentrava na figura do homem, os padrões morais da família também eram rígidos, ligados à religião, conhecida também como a família nuclear.

É importante ressaltar o fato de a mulher ter sido inserida no mercado de trabalho principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Outro fator que contribuiu para esse fato foi o controle de natalidade, através da pílula anticoncepcional. Segundo Sarti (2008, p. 21):

Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter a sua vida e sua sexualidade atada à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é um elemento chave para a construção da sua autonomia, elas fizeram uma revolução saindo de casa, o que posteriormente a isso vem acarretar as modificações da constituição familiar.

De acordo com Antunes (2006), se antes o mundo do trabalho já era complexo por englobar as diferenças entre as classes sociais, com a entrada da mulher no mundo do trabalho a situação requer ainda mais atenção, pois, além das questões de classe, passa a envolver as questões de gênero. Ou, para que se entenda melhor, nas palavras do autor:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada (ANTUNES, 2006, p. 54).

Essas transformações sociais, que foram construídas, modificadas na metade do século XX e que foram sendo reconstruídas no final do mesmo século e início do século XXI, redefiniram a forma e os laços de família. Os papéis, antes bem definidos, foram se modificando, adaptando-se à nova realidade.

Outra autora que traz luz a esse debate é Miotto (1997 *apud* FAMILIA, 2021, p.43), quando define a família como “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”. Para a autora a família está sempre em constante modificação e o Serviço Social vem trabalhando com as mesmas, procurando corroborar com as novas formas, para melhor atuar.

Com a Constituição Federal de 1988 a família passa a ser reconhecida de forma mais ampla, o divórcio foi consolidado e os direitos e deveres dos homens e mulheres igualados, como retrata em seu artigo 226 “§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. ”⁵

Na sociedade atual as famílias foram se modificando e ganhando novos arranjos, pais que se divorciaram e constituíram novas famílias, avós criando netos, que são as famílias extensas, mulheres sendo o sustento familiar e criando seus filhos sem a presença da figura masculina, que são as chamadas famílias monoparentais e as famílias homoafetivas que tiveram o reconhecimento legal do casamento, são algumas modificações que foram ocorrendo ao longo dessa trajetória familiar.⁶

Todas essas modificações podem refletir diretamente na violência sexual infantil, já que em muitos casos as vítimas convivem com seus violentadores, como o namorado da mãe, o namorado da avó ou os próprios pais. A Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) indica que cerca de 90% dos casos cometidos contra crianças e adolescentes acontecem no ambiente familiar. Dados apontam que no ano de 2018, foram recebidas 17.093 ligações no disque 100, conhecido

⁵Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_226_.asp#:~:text=6-,%C2%A7%206%C2%BA%20O%20casamento%20civil%20pode%20ser%20dissolvido%20pelo%20div%C3%B3rcio,por%20mais%20de%20dois%20anos. Acesso em 20 jan. 2021

⁶Disponível em: [https://matiasdovale.jusbrasil.com.br/artigos/671435734/os-diferentes-tipos-de-familia#:~:text=1\)%20Fam%C3%ADlia%20Nuclear%20%E2%80%93%20A%20fam%C3%ADlia,pelo%20pai%20e%20pelos%20filhos.](https://matiasdovale.jusbrasil.com.br/artigos/671435734/os-diferentes-tipos-de-familia#:~:text=1)%20Fam%C3%ADlia%20Nuclear%20%E2%80%93%20A%20fam%C3%ADlia,pelo%20pai%20e%20pelos%20filhos.) Acesso em 20 jan. 2021

também como Disque Direitos Humanos, sendo que 13.418 se referiam ao abuso, e a maioria (73,44%) das vítimas eram meninas.⁷

Ainda com base nestes números, o Ministério concluiu que a maior parte, cerca de 70% dos autores deste crime, encontra-se na família, dentro de casa, como o pai, padrasto ou mãe da criança.

Esses dados ainda podem ser maiores, já que em muitos casos não ocorrem denúncias, por medo, por falta de acesso a informações ou por medo de represálias. Um fator de combate importante seria investir em programas voltados às crianças nas escolas, orientando-as e ensinando-as a reconhecer eventuais situações sexualmente abusivas. Isso pode colaborar para que elas mesmas denunciem, reconhecendo que essas situações não são uma normalidade e assim denunciem a uma pessoa de confiança.

3 A violência em tempos de pandemia

A violência, como manifestação da questão social contemporânea, reflete a complexidade e a contradição inerentes entre as relações e o trabalho, no mais intenso processo de desigualdade social, econômica e cultural, onde são negligenciados e perdidos direitos, dignidade e humanidade.

Neste presente trabalho pretende-se discutir sobre as expressões da violência e mais especificamente da violência sexual que, em muitos casos, está relacionada com a estrutura da sociedade que a sustenta e instrumentaliza sua reprodução, sendo um problema presente na sociedade em todas as classes sociais no Brasil.

Muitos órgãos que lutam pelos direitos humanos procuram fazer alertas através de pesquisas realizadas, apontando a necessidade de mudar a forma de agir, de concretizar os direitos das crianças/adolescentes, como alerta a UNICEF (2020):

Metade das crianças do mundo, ou aproximadamente 1 bilhão de crianças a cada ano, é afetada por violência física, sexual ou psicológica, sofrendo ferimentos, incapacidades e morte, porque os países não seguiram estratégias estabelecidas para protegê-las.

⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-dos-direitos-humanos-conclui-que-quase-90-da-violencia-sexual-contra-criancas-acontece-no-ambiente-familiar-2366539>. Acesso em 20 jan. 2021

Foi realizado um estudo e posteriormente um relatório, publicado por órgãos voltados para a infância, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas sobre Violência contra as Crianças e a Parceria pelo Fim da Violência. Segundo o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus (UNICEF, 2020):

Nunca há nenhuma desculpa para a violência contra crianças, temos ferramentas baseadas em evidências para evitá-la, e instamos todos os países a que as implementem. Proteger a saúde e o bem-estar de crianças é fundamental para proteger nossa saúde e nosso bem-estar coletivo, agora e para o futuro.

Ainda são muito recentes as pesquisas sobre o período difícil da pandemia do Covid-19 que se enfrentou no ano de 2020, porém, é de conhecimento geral que quanto mais crianças e adolescentes ficam expostos ao convívio com abusadores, maior se torna a possibilidade de serem vítimas dos mesmos por mais vezes. Pensando assim, Henrietta Fore, Diretora Executiva do UNICEF, afirma (BRASIL 2, 2020, p. 1):

Isolamento social, fechamento de escolas e restrições de movimento, deixaram muitas crianças confinadas com seus agressores, sem o espaço seguro que a escola normalmente ofereceria. É urgente intensificar os esforços para proteger as crianças durante esse período e além, inclusive designando assistentes sociais como trabalhadores essenciais e fortalecendo as linhas de apoio infantil.

Os sistemas de proteção juvenil já encontravam muitas dificuldades antes da pandemia e depois mais ainda, pois muitas medidas tiveram que ser tomadas com o isolamento social.

As medidas também impediram que assistentes sociais pudessem visitar os lares para atender crianças e mulheres vítimas de abusos. Uma outra consequência negativa da crise foi o fechamento das escolas, em muitos casos uma tábua de salvação para crianças que não têm como pedir ajuda em outras partes (BRASIL 2, 2020, p. 2).

A nível mundial, sobre o Covid-19, a OMS alerta que antes da pandemia, um número expressivo de crianças, quase a metade em todo mundo, sofria algum tipo de violência corporal, sendo que três em cada quatro crianças, entre dois e quatro anos, estão expostas regularmente a uma forma de disciplina violenta (BRASIL 2, 2020).

Por isso, alerta Henrietta Fore, que em tempos de crise, é necessário tomar medidas de curto e longo prazo por parte dos governantes, para proteger as crianças e adolescentes da violência e sugere investimentos em assistências sociais, para criar uma linha de ajuda (BRASIL 2, 2020, p. 2).

4 Breve contextualização do Serviço Social

O Serviço Social surge a partir da consolidação do sistema capitalista, com o processo de industrialização e a intensificação de exploração da classe trabalhadora. No Brasil, o Serviço Social tem origem vinculada à Igreja Católica, com as damas de caridade de caráter humanista, no intuito de ajudar aos pobres.

Inicialmente o Serviço Social caracterizou-se como uma profissão assistencialista de caráter religioso, que se encontrava intimamente vinculada à iniciativa da igreja.

Segundo Iamamoto (2007), essa profissão era composta principalmente pela parcela feminina das classes mais abastadas da sociedade, que podiam ressaltar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas.

A forma de agir desse profissional transformou-se quando ele começou a questionar a sua forma de atuar, com um posicionamento mais crítico e questionador. Esse processo teve início em 1967 e, segundo Silva (2006, p. 67), a “construção da vertente modernizadora da prática profissional, que vai de 1967, cujo marco é o Encontro de Araxá, até meados da década de 70, quando começa a esboçar um novo esforço de construção de resposta profissional”.

Trata-se do Movimento de Reconceituação, que segundo a autora, pertence a uma vertente modernizadora e ainda não representa o processo de mudança e ruptura, mas foi o ponto de partida. Esse Movimento surge no início de 1970, tendo como proposta o desenvolvimento de uma atuação mais voltada para os problemas sociais. Essa nova atuação dos Assistentes Sociais pretendeu ser mais crítica e, consequentemente, romper com a atuação assistencialista anterior, que era paliativa e determinada pela classe dominante. Para Silva (2006, p. 83), “o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, no Brasil, passa por uma dinâmica, condicionada ao contexto histórico da sociedade e ao amadurecimento teórico, político e ideológico dos assistentes sociais”.

Dessa forma, o Movimento de Reconceituação favoreceu uma redefinição do Serviço Social em sua prática profissional, deixando o modelo da atuação tradicional e

voltando-se para os métodos dialéticos de Karl Marx, trazendo uma nova compreensão da realidade social. Silva (2006, p. 89) afirma que:

O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses de classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade.

De acordo ainda com a autora, há uma perspectiva de transformação na prática do profissional, comprometida com a classe trabalhadora e a construção de um projeto-ético-político para a profissão.

Acompanhado por transformações, o novo Código de Ética da categoria dos Assistentes Sociais passou por mudanças e necessitou de uma nova regulamentação, realizada pela Resolução CFESS nº 237/93, de março de 1993. Essa resolução traz em seu texto a perspectiva para uma atuação profissional comprometida com a classe trabalhadora, a ética, a liberdade, a emancipação, a autonomia, a democracia, a justiça social, dentre outros. Para Barroco (2008, p. 230):

A ética se objetiva na intervenção profissional, teoricamente (através de uma dada concepção ética crítica e histórica); praticamente (através das ações que viabilizem a apropriação, por partir dos indivíduos, de suas capacidades e potencialidades, de suas necessidades e direitos). Na medida em que a ética profissional vincula-se a um ideário emancipatório, objetiva contribuir para a preservação desse ideário, buscando alargar as suas bases sociais na sociedade, junto aos movimentos e sujeitos defensores.

A autora aponta que a atuação dos profissionais se baseia em fundamentos teóricos pautados na transformação social e que a defesa desse tipo de atuação é um objetivo e um posicionamento ético-político. Nesse sentido, o Serviço Social contemporâneo procura atuar em defesa dos direitos sociais, com um posicionamento ético-político definido pela categoria, sendo que a grande maioria dos valores, o que é evidentemente um objetivo ético-profissional, é adepta dessa forma de atuação política.

São muitos os desafios que o profissional do Serviço Social enfrenta. É necessário que ele se capacite para o trabalho com as crianças e adolescentes, descobrindo alternativas para sua atuação, procurando trabalhar para a consolidação dos seus direitos.

O capitalismo também se expressa, pautando na exploração de classe, como uma forma de violência. Não há dúvida que o processo de desenvolvimento é extremamente complicado, mas é importante notar que o desenvolvimento do capitalismo ocorre de várias formas, como exclusão e preconceito.

5 O cotidiano do Assistente Social e a violência sexual

A violência infantil pode se apresentar nas mais diversas facetas, mas as mais usuais encontradas na literatura são: violência física, violência psicológica e violência sexual. Trata-se de uma das manifestações das expressões da questão social muito atendida no hospital e um desafio na contemporaneidade, no qual o profissional do serviço social precisa estar preparado, exigindo posicionamentos e ações concretas. Como afirma BRASIL 3 (2020, p.42):

Analisar as múltiplas expressões da violência na contemporaneidade e suas relações com o Serviço Social nos diversos espaços sócio ocupacionais em que os assistentes sociais atuam profissionalmente (BRASIL 3, 2020 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1985), é condição básica para um exercício teórico-prático crítico que se proponha a perseguir, perquirir e reconstruir (ainda que não exatamente) o movimento do real como 'concreto pesado' (BRASIL 3, 2020 *apud* MARX, 1989).

Segundo o CFESS (BRASIL 3, 2020, p. 43), existem algumas características das intervenções que pode realizar o Serviço Social, nos diferentes programas da saúde pública, como a saúde ocupacional e a saúde mental. No entanto, dá ênfase em alguns aspectos principais, a atendimento direto aos usuários; mobilização; participação e controle social; pesquisas; qualificação e formação profissional. Para este conjunto das atividades, o comportamento profissional deve ser orientado de acordo com os princípios básicos, como políticas éticas e aplicar a metodologia qualificada. Neste sentido, o manual com as perspectivas de atuação do assistente social retrata (BRASIL 3, 2020, p.43):

O assistente social, ao participar de trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde.

São importantes as atribuições relacionadas ao Serviço Social, em garantir os direitos do usuário, bem como para o fortalecimento das lutas dos sujeitos sociais. Por isso, afirma GONÇALVES (2013, p. 7) que diante de uma população com recursos escassos material e espiritualmente, onde há funcionários sobrecarregados, muitas vezes mal preparados e mal remunerados, em espaços físicos superlotados, acontece de pessoas perderem a calma e despejarem parte da sua revolta nessa emergência. Ressaltando também que:

Uma criança que chega à emergência desacompanhada dos pais, ou demonstrando situações de maus tratos, imediatamente é acionado o Serviço Social. A instituição demanda a presença do profissional, não com o objetivo de assegurar o direito daquela criança, mas porque tal situação demonstra uma espécie de anormalidade que pode vir a abalar o “bom” andamento da instituição (ASSIS, 2012, p. 7 *apud* GONÇALVES, 2013).

Isso faz com que se ressalte a importância do atendimento qualificado do profissional.

6 Atendimento no Pronto Socorro às vítimas de violência sexual infantil

Segundo o fluxo do protocolo de violência no HCU/UFU, ao dar entrada uma criança ou adolescente vítima de violência sexual no Pronto Socorro Infantil, ela é encaminhada para ser atendida pela equipe multiprofissional do hospital, geralmente constituída por uma médica pediatra, enfermeiro, assistente social, psicólogo e como se trata de um hospital escola, também pelos residentes das múltiplas áreas.

O atendimento realizado pela equipe multiprofissional é fundamental para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Para este tipo de demanda é importante se ter um atendimento qualificado e especializado, em que cada profissional desenvolve o seu papel com a intervenção necessária em sua área.

A Constituição Federal, no seu artigo 196⁸, prevê a todos os brasileiros acesso a saúde, que é dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HCU-UFU) é conhecido por ser um dos maiores do Brasil, o maior prestador de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais. É referência para 86 municípios do macro e microrregiões do Triângulo Norte (BRASIL 4, 2020).

Segundo o *site* do HC/UFU⁹, o Hospital de Clínicas foi inaugurado em 26 de agosto de 1970, tendo sido construído para ser uma unidade do curso de Medicina da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. Iniciou suas atividades com apenas 26 leitos. Após a Constituição Federal de 1988, o HC/UFU se transformou em um importante elo na rede SUS, sendo o único hospital público da região a atender com portaaberta 24 horas para todos os níveis de atenção à saúde.

Ainda contextualizando sobre o hospital, ele é considerado uma unidade de alta complexidade, sendo uma referência para uma população de mais de dois milhões de habitantes. Por isso ele conta com atendimentos de urgência e emergência, oferecendo atendimentos variados, como ambulatorios, cirurgias e internações (GONÇALVES, 2013).

Na unidade de Urgência e Emergência, o hospital funciona com pronto socorro aberto 24 horas, ampliando seu atendimento para unidades ambulatoriais, unidades cirúrgicas e unidades de internações.

Sendo subdividido em setores, a pediatria, que é o foco desta análise, pode contar com unidades voltadas para o público infante-juvenil, como o Pronto Socorro Infantil, a Enfermaria Pediátrica, a UTI Neonatal, a UTI Pediátrica e o Ambulatório Pediátrico.

O Pronto Socorro é considerado a porta de entrada para os atendimentos de urgência e emergência. Assim sendo, as crianças e os adolescentes vítimas de violência

⁸ Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196_.asp#:~:text=A%20sa%C3%BAde%20C3%A9%20direito%20de,sua%20promo%C3%A7%C3%A3o%2C%20prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20recupera%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 12 jan. 2021

⁹ A referência está disponível em: <https://www.hc.ufu.br/pagina/institucional>

sexual são atendidas inicialmente no Pronto Socorro Infantil por uma equipe multiprofissional.

O ECA (Lei Federal nº 8.069/90), em seu artigo 2º define criança como uma pessoa até doze anos de idade incompletos, e o adolescente como aquele entre doze e dezoito anos de idade. Também é ressaltado no Parágrafo Único de seu artigo 2º, que “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade”¹⁰.

Segundo um pacote da OMS de medidas técnicas para o enfrentamento da violência infanto-juvenil intitulado INSPIRE¹¹, elaborada pela OPAS, estima-se que cerca de um bilhão de crianças sofrem violência física, psicológica e sexual no mundo. E ainda afirma que no período da infância, uma de cada quatro crianças sofre maus-tratos físicos, ao passo que quase uma de cada cinco meninas e um de cada treze meninos são vítimas de abuso sexual.

No pacote de medidas para prevenir e enfrentar essa violência, o INSPIRE, p.4, diz que:

A violência contra crianças tem efeitos consideráveis e duradouros que ameaçam o bem-estar infantil e podem persistir até a idade adulta. A exposição à violência em idade precoce pode prejudicar o desenvolvimento cerebral e acarretar uma série de consequências imediatas e permanentes para a saúde física e mental. O impacto imediato e a longo prazo para a saúde pública e os custos econômicos corroem os investimentos em educação, saúde e bem-estar infantil. A violência contra crianças também abala a capacidade produtiva das gerações futuras.

O programa INSPIRE tem por objetivo ajudar os países e comunidades a alcançar metas, como acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência contra crianças. Para isso ele sugere um pacote de estratégias, com embasamento científico, e consta em seu programa que é direcionado a todos os países e comunidades do mundo.

No Brasil há também um plano chamado Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em 2003 iniciou-se um processo de atualização do plano, que até o ano de 2013 passou por várias modificações, até firmar

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

¹¹ Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Child-Victims/Executive_Summary_-_Portuguese.pdf. Acesso em 12 jan. 2021

com as normativas nacional e internacional, sob o enfoque do enfrentamento junto às vítimas de violência sexual (PLANO, 2021, p. 11).

Recentemente foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Nº 10.482, de 09 de setembro de 2020, que Institui a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O Decreto é constituído de nove artigos, como este que ressalta:

Art. 2º A Comissão é órgão de consulta, de estudos e de articulação, ao qual compete formular propostas de:

I - ações e de políticas públicas relacionadas ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;

II - políticas, de programas, de projetos e de ações relacionadas ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; e

III - sistematização e de divulgação de materiais teórico-metodológicos sobre enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (DECRETO, 2021, p. 1).

A família tem um papel fundamental junto à criança/adolescente, pois é onde se desenvolvem enquanto seres em construção. Assim sendo, necessita de itens básicos, como alimento, educação, acesso ao acompanhamento na saúde, respeito, etc. Pesquisas apontam que na maioria dos casos de crianças e jovens que são vítimas de violência sexual, os agressores encontram-se em seu círculo de convívio, podendo ser um familiar mais próximo. Dados do Ministério da Saúde apontam que cerca de 69,2% das vítimas infantil e juvenil de violência sexual, sofreram essa violência na própria residência¹². E essa mesma pesquisa aponta que a maioria esmagadora das vítimas é do sexo feminino.

Segundo a OMS, violência sexual é definida como “todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas, ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho” (BRASIL 5, 2021, p.1).

¹² Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf> Acesso em 13 jan. 2021

A violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada um crime grave, e os menores de 14 anos são considerados vulneráveis pela Lei 12.015/09¹³. O abuso cometido contra os menores de 14 anos está previsto no Código Penal Brasileiro, no seu artigo 207, onde é dito que a palavra da vítima tem relevância.¹⁴

O SUS tem um papel muito importante no enfrentamento da violência sexual. Desde 2010 o Ministério da Saúde lançou como forma de orientação aos gestores e profissionais da saúde, o documento intitulado “Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em situação de Violência”. Ele é também uma orientação sobre as dimensões do acolhimento, atendimento, notificação e seguimento na rede de cuidado e de proteção social¹⁵.

De acordo com o protocolo do HCU/UFU, faz-se a notificação compulsória, enviada para o Setor de Epidemiologia, que é encaminhada para a Prefeitura e posteriormente chega ao setor de epidemiologia nacional de notificação. O Sinan, que é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, é alimentado principalmente pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória¹⁶ e inclui as vítimas de violência sexual infantil.

É importante ressaltar que para muitos casos de vítimas atendidas no Pronto Socorro Infantil, o Serviço Social aciona o Conselho Tutelar imediatamente, pois a vítima pode sofrer riscos por estar sofrendo uma violência intrafamiliar, e estar convivendo com o suspeito de ser o abusador. Este órgão tomará então as ações cabíveis.

Em muitos casos, a criança é encaminhada pelo poder jurídico para a família extensa, ou seja, para avós, tios, ou se for o caso, através do juiz da Vara da Infância e Juventude, a família pode ter à perda da guarda definitiva da criança.

O Hospital de Clínicas de Uberlândia conta também desde 2017 com um ambulatório voltado para atender as vítimas de violência sexual. São atendidas mulheres,

¹³Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html> Acesso em 13 jan. 2021

¹⁴ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=94FB2ED56BA6DFBD1924197AB8F7F0A0.proposicoesWebExterno1?codteor=46686&filename=PL+6908/2002#:~:text=anos-,Art.,a%204%20anos%2C%20e%20multa. Acesso em 13 jan. 2021

¹⁵Disponível em: <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf> Acesso em 13 de jan. 2021

¹⁶ Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/o-sinan> Acesso em 13 jan. 2021

crianças e adolescentes, que inicialmente foram atendidas no Pronto Socorro Infantil e encaminhadas para o acompanhamento ambulatorial. O ambulatório Nuavidas conta com uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicólogos, assistentes sociais e assessoria jurídica. Atualmente ele atende semanalmente, às sextas-feiras.

É um ambulatório de grande relevância para o acompanhamento das vítimas, já que em muitos casos, passaram por sofrimentos, ocasionando traumas. O espaço é oferecido a elas para receberem atendimento qualificado e direcionado, mas devido à grande demanda, os profissionais que atendem no ambulatório não conseguem acompanhar por um período longo essas vítimas. É um ambulatório pouco divulgado na mídia, mas ainda assim, está sempre sobrecarregado.

Que o Serviço Social procure contribuir, mesmo que ainda não consiga alcançar de forma ideal, com o fluxo entre o atendimento e a orientação para a rede e os devidos fins, para que vítima e família recebam uma abordagem qualificada e os encaminhamentos necessários.

7 Considerações finais

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública, podendo causar impactos na vida adulta. Não se pode negar que são muito recentes as leis e programas voltados para a atenção a essas vítimas.

O Brasil é conhecido por ter um dos códigos de leis mais completos voltados para a criança e adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já completou 30 anos, mas ainda enfrenta imensos desafios para ser implementado de fato e ser acessível a todas as crianças e adolescentes do país. Se faz fundamental que ele seja colocado em prática, pois em muitos casos isso não ocorre. Iniciamos este artigo nos referindo à questão histórica que esse público vivia, sem serem reconhecidos como seres de direitos. Na atualidade ainda estamos longe de concretizar o desejo de uma sociedade mais justa, porém, mesmo tendo leis que os defendam, na prática não é o que se vivencia.

Nesse sentido, acredita-se ser oportuno investir em campanhas mais explícitas sobre os direitos das crianças e adolescentes, um rigor maior em colocar em prática o que está previsto nas leis, pais e responsáveis se conscientizarem de seus deveres, os agressores não se sentirem acima das leis e serem de fato punidos, mas também por leis

mais rigorosas e que sejam cumpridas. E a sociedade se conscientizar, através dessas mesmas campanhas, da importância de se fazer a denúncia.

O Pronto Socorro Infantil do HC/UFU é a referência em Uberlândia de atendimento as vítimas de violência sexual, e é muito importante seguir o fluxo desse atendimento pelos profissionais, respeitando o protocolo, atendendo em conjunto pela equipe multidisciplinar todos os profissionais juntos, para que não haja a necessidade de a vítima ser ouvida separadamente e assim evitar revitimização. É necessário realizar a notificação junto ao órgão responsável, no caso, o hospital até que chegue ao Sinan,(Sistema de Informação de Agravos de Notificação) pois é através desses dados que podem surgir campanhas de prevenção/denuncia, políticas públicas/sociais voltadas para este grave problema que a sociedade enfrenta.

A responsabilidade e amparo a essas vítimas está garantido na CF/88 que é um dever do Estado, família e sociedade, assim sendo, vale ressaltar que os direitos da família sobre as crianças e adolescentes não é absoluto, podendo o Estado intervir, quando necessário, procurando garantir e defender o melhor para eles, que não é necessariamente o da família.

Além do aspecto jurídico/punitivo, torna-se fundamental a promoção dessas famílias, conforme também infere o ECA, por meio de Políticas Sociais Públicas amplas e efetivas, possibilitando o direito dessas crianças e adolescentes permanecerem com seus familiares, conforme direito preconizado também no ECA. Dessa forma, o Serviço Social pode contribuir com a socialização dos direitos sociais, na promoção dessas famílias por meio da efetivação das políticas sociais públicas de caráter amplo e universal, conforme direção coletiva definida pela categoria – projeto ético político.

Bem como todos os profissionais podem contribuir, realizando atendimentos qualificados, o hospital com investimentos e espaços adequados para esses atendimentos, o acompanhamento multidisciplinar a essas vítimas é fundamental, como já é realizado posteriormente no ambulatório, após ter sido atendido inicialmente no Pronto Socorro Infantil, o ideal seria que tivesse prosseguimento a esses atendimentos através da rede básica, ou seja na Unidade Básica de Saúde UBS, mas esse fluxo, muitas vezes é falho, porém como paciente do SUS ele tem o direito a esse atendimento e a rede obrigatoriamente em atender.

A violência sexual infantil causa danos que podem perdurar por longo tempo ou a vida toda, podendo ocasionar traumas emocionais, sociais e outros. Por isso, o ideal é encontrar formas de prevenção, através da educação, políticas públicas e conscientização da sociedade, e da forma punitiva, através de leis rigorosas .

Referências

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas 2006.

BARROCO, M.L.S. Ética: fundamentos sócio históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL 1. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL 2. Mais de 100 países interrompem serviços de assistentes sociais a crianças Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/08/1723512>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL 3. Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na política de saúde Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuario_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL 4. Estrutura física. Disponível em: <https://www.hc.ufu.br/pagina/estrutura-fisica>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL 5. OPAS/OMS apresenta estratégia para acabar com violência contra crianças e adolescentes. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5499:opas-oms-apresenta-estrategia-para-acabar-com-violencia-contra-criancas-e-adolescentes&Itemid=820. Acesso em: 13 jan. 2021.

DECRETO. Secretária-geral da Presidência da República Imprensa Nacional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.482-de-9-de-setembro-de-2020-276627020>. Acesso em: 26 jan. 2021.

FAMILIA. A família na contemporaneidade: os desafios para o trabalho do serviço social. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GONÇALVES, R. O trabalho do assistente social nas unidades de urgência e emergência do sistema único de saúde. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5102/1/TCC%20RONALD.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IAMAMOTO, M. C. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2007.

MORESCHI, M. T. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>. Acesso: 23 nov. 2020.

PLANO. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

ROMANELLI, G. Autoridade em família; In Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate: São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

SARTI, C.A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores associados, 2008.

SILVA, M. O. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2006.

UNICEF. Países estão falhando em prevenir a violência contra crianças, alertam agências. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/paises-estao-falhando-em-prevenir-violencia-contra-criancas>. Acesso em: 17 nov. 2020.